



(Provisório)

ÍNDICE SISTEMÁTICO

.....

Capítulo I

ASPECTOS HISTÓRICOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL MÉDICA.....	67
1.1. Notas Introdutórias	67
1.2. O Direito Romano.....	72
1.3. A Influência Grega	75
1.4. O Direito Árabe.....	77
1.5. Origens no Direito Europeu: França e Espanha.....	78
1.6. A Evolução no Direito Brasileiro	85
1.7. Conclusões.....	88

Capítulo II

O EXERCÍCIO DA MEDICINA E O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. ASPECTOS ATUAIS DO DIREITOBRASILEIRO E ESPANHOL.....	91
2.1. Notas Introdutórias	91
2.2. Definições Doutrinárias.....	95
2.3. Elementos de Direito Comparado: Paralelos ao Direito Espanhol.....	100
2.3.1. Aspectos da jurisprudência espanhola.....	102
2.3.2. A responsabilidade por produto defeituoso.....	107
2.4. Implicações Práticas da Aplicação do Código de Defesa do Consumidor à Atividade Médica.....	110
2.4.1. O dano moral. Fundamentos jurídicos e sua quantificação.....	110
2.4.2. A controvérsia sobre a inversão do ônus da prova.....	115
2.4.3. A publicidade, seus efeitos e consequências.....	117
2.4.4. Outros aspectos relevantes.....	122
2.5. As Alterações Legislativas Introduzidas pelo Novo Código Civil	125
2.6. A Construção do Entendimento Jurisprudencial Brasileiro	128

2.7. Conclusões.....	134
----------------------	-----

Capítulo III

DIFERENÇAS ENTRE O CONSENTIMENTO INFORMADO E A ESCOLHA ESCLARECIDA, COMO EXCLUDENTES DE RESPONSABILIDADE CIVIL NA RELAÇÃO MÉDICO X PACIENTE.....	137
---	------------

3.1. Notas Introdutórias.....	137
3.2. A Bioética e o Princípio da Autonomia do Paciente.....	148
3.2.1. Aspectos legais da autonomia do paciente no direito brasileiro...	149
3.3. A Escolha Esclarecida e a Relação Médico x Paciente sob a Ótica do Código de Defesa do Consumidor.....	155
3.4. Escolha Esclarecida e Dever de Informação.....	165
3.5. Conclusões.....	166

Capítulo IV

O “CONSENTIMENTO PRESUMIDO”, A AUTONOMIA RELATIVA E AS INOVAÇÕES DA LEI DE TRANSPLANTES BRASILEIRA	171
---	------------

4.1. Notas Introdutórias.....	171
4.2. Evolução Jurídica no Ordenamento dos Transplantes de Órgãos e Tecidos no Brasil.....	172
4.3. A Lei nº 9.434/97 e o “Consentimento Presumido”	174
4.4. Conclusões.....	179

Capítulo V

CONTROVÉRSIAS RELATIVAS À PRESCRIÇÃO DO ERRO MÉDICO	181
--	------------

5.1. Notas Introdutórias.....	181
5.2. A Prescrição no Novo Código Civil.....	185
5.3. A Relação Médico x Paciente Enquanto Relação de Consumo. A Prescrição na Lei nº 8.078/90	186
5.4. Prazos Prescricionais Contra a Fazenda Pública	190
5.5. A Prescrição no Processo Administrativo	194
5.6. Conclusões.....	197

Capítulo VI

A RESPONSABILIDADE CIVIL DO CIRURGIÃO PLÁSTICO. A CIRURGIA PLÁSTICA COMO OBRIGAÇÃO DE MEIO.....	199
--	------------

6.1. Notas Introdutórias.....	199
6.2. Definições Conceituais.....	202

6.3.	O Posicionamento das Doutrinas Nacional e Estrangeira.....	206
6.4.	O Posicionamento dos Tribunais.....	221
6.5.	Conclusões.....	230

Capítulo VII

A ANÁLISE DO CONTRATO DE SERVIÇOS MÉDICOS SOB A PERSPECTIVA DA AUTONOMIA DA VONTADE E DO INADIMPLEMENTO.....

7.1.	Contextualização.....	233
7.2.	A atividade médica: obrigação contratual ou relação de consumo?	235
7.3.	As características do contrato de serviços médicos.....	242
7.3.1.	As obrigações do médico.....	243
7.3.1.1.	Obrigações acessórias.....	245
7.3.2.	As obrigações do paciente	250
7.4.	O inadimplemento e seus efeitos	251
7.5.	Conclusões.....	254

Capítulo VIII

RESPONSABILIDADE CIVIL ODONTOLÓGICA: CARACTERÍSTICAS E CONSEQUÊNCIAS

257

Capítulo IX

RESPONSABILIDADE CIVIL HOSPITALAR: BREVES NOTAS DOUTRINÁRIAS E JURISPRUDENCIAIS.....

267

9.1.	Notas Introdutórias.....	267
9.2.	O Contrato Hospitalar e seus Elementos Definidores.....	269
9.2.1.	Dos diferentes tipos de contrato hospitalar.....	272
9.3.	Elementos Jurisprudenciais.....	278
9.4.	Conclusões.....	282

Capítulo X

A RESOLUÇÃO CFM 1805/2006 E OS CUIDADOS PALIATIVOS: REFLEXÕES SOBRE SEUS ASPECTOS PSICOLÓGICOS E JURÍDICOS

285

Capítulo XI

ASPECTOS JURÍDICOS DA REPRODUÇÃO *POST MORTEM*, EM PERSPECTIVA COMPARADA BRASIL-PORTUGAL.....

301

11.1.	Apresentação do caso	301
11.2.	Reprodução <i>post mortem</i>	304

11.2.1. Inseminação/fertilização <i>post mortem</i>	305
11.2.1.1. As grandes decisões	307
11.2.1.2. Questões atinentes ao consentimento.....	311
11.2.2. Transferência <i>post mortem</i>	312
11.3. A solução à luz da lei portuguesa.....	314
11.4. A solução à luz da lei brasileira.....	315
11.5. Considerações críticas	318

Capítulo XII

O PAPEL DO ADVOGADO NA PREVENÇÃO DE DEMANDAS MÉDICAS	321
12.1. Introdução	321
12.2. A Especialização como Diferencial	323
12.2.1. Diferença de enfoque entre demandas éticas, administrativas e processos judiciais.....	324
12.3. O Aconselhamento Constante e Preventivo	327
12.4. A Necessidade da Construção de Novos Caminhos	333
12.5. Conclusões.....	334

Capítulo XIII

SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL PROFISSIONAL: FERRAMENTA DE APOIO PARA A PROFILAXIA DO ERRO MÉDICO.....	337
13.1. Introdução	338
13.2. Pano de Fundo para o Debate Atual. Custo x Investimento.....	340
13.3. O Seguro de Responsabilidade Civil Profissional sob a Ótica do Código Civil.....	343
13.4. Vantagens e desvantagens	346
13.5. O Seguro como um caminho necessário	352
13.6. Conclusões.....	355

Capítulo XIV

A REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA: PANORAMA ATUAL NO DIREITO BRASILEIRO – ASPECTOS LEGAIS E DEONTOLÓGICOS.....	357
14.1. Introdução	357
14.1.1. Direito ao planejamento familiar e à reprodução como direito fundamental.....	359
14.1.2. Do <i>status</i> jurídico do embrião criopreservado	360
14.1.3. Do consentimento na procriação medicamente assistida – do momento limite para sua revogação.....	364

14.2. A construção do ordenamento jurídico em material de reprodução humana assistida	369
14.3. As resoluções do Conselho Federal de Medicina – Eficácia para o preenchimento de lacunas legislativas	378
14.4. Desafios para uma construção jurisprudencial	392
14.5. Conclusões	406

Capítulo XV

A LEI Nº 25/2016, DE 22 DE AGOSTO, E OS CONTRATOS DE GESTAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO EM PORTUGAL.....	409
---	------------

Introdução	410
-------------------------	------------

15.1. Contrato de gestação de substituição tradicional e por FIV.....	412
15.2. Quem pode recorrer à gestação de substituição em Portugal?.....	415
15.3. Quem pode ser gestante de substituição em Portugal?.....	419
15.4. A criminalização dos contratos de gestação de substituição a título oneroso.....	421
15.5. Considerações finais.....	424

Capítulo XVI

ÉTICA E RESPONSABILIDADE SOCIAL NA MEDICINA – UMA ANÁLISE A PARTIR DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA.....	425
--	------------

Introdução	426
-------------------------	------------

16.1. Notas gerais sobre ética médica e bioética.....	426
16.2. A função social do profissional da medicina e o dever de respeito à autonomia da paciente.....	428
16.3. Violência obstétrica.....	432
16.3.1. Episiotomia.....	432
16.3.2. Cesárea.....	440
16.3.3. Esterilização não consentida.....	444
16.3.4. Outros casos de violência obstétrica.....	449
16.4. Considerações finais.....	454

Capítulo XVII

A INAPLICABILIDADE DA TEORIA DA PERDA DE UMA CHANCE EM CASOS DE RESPONSABILIDADE CIVIL MÉDICA NO DIREITO BRASILEIRO.....	457
---	------------

17.1. Introdução	457
17.2. O sistema jurídico brasileiro de compensação de danos.....	460
17.3. A inadequação da teoria da perda de uma chance à atividade médica.....	462

17.4. Uma análise sobre os recentes desenvolvimentos jurisprudenciais.....	468
17.5. Conclusões.....	471

Capítulo XVIII

RECUSA TERAPÊUTICA E OBJEÇÃO DE CONSCIÊNCIA. BREVE ANÁLISE DA RESOLUÇÃO 2.232/2019 DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. UM PECULIAR CONCEITO DE AUTONOMIA DO PACIENTE.....	473
---	------------

Capítulo XIX

PROCESSOS ÉTICO-PROFISSIONAIS NO ÂMBITO DOS CONSELHOS REGIONAIS DE MEDICINA: DA NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO AO ORDENAMENTO JURÍDICO EM QUESTÕES RELATIVAS À PRESCRIÇÃO	489
CONCLUSÕES	501

Capítulo XX

CUIDADOS PALIATIVOS, PRIVACIDADE E INTIMIDADE – OS LIMITES À EXPOSIÇÃO DO PACIENTE E SUAS IMPLICAÇÕES BIOÉTICAS.....	503
20.1. Introdução.....	503
20.2. Do disciplinamento da publicidade, propaganda, autopromoção e uso de imagem dos pacientes nos códigos de ética das profissões de saúde..	506
20.2.1. Medicina.....	507
20.2.2. Psicologia	510
20.2.3. Enfermagem.....	510
20.2.4. Fisioterapia.....	512
20.2.5. Nutrição.....	513
20.2.6. Odontologia.....	514
20.3. Da proteção legal da intimidade e privacidade no direito brasileiro.....	516
20.4. Conclusões.....	518

Capítulo XXI

A RESPONSABILIDADE CIVIL PELO MANUSEIO E TRATAMENTO DE DADOS SENSÍVEIS EM SAÚDE – APONTAMENTOS EM RAZÃO DA LGPD.....	521
21.1. Notas Introdutórias	521
21.2. Dados Sensíveis em Saúde.....	524
21.3. Do Consentimento para tratamento de dados sensíveis em saúde.....	530

21.4. Responsabilidade ética e responsabilidade civil.....	534
21.5. Considerações finais.....	539

Capítulo XXII

DESAFIOS REGULATÓRIOS PARA A TELEMEDICINA NO ÂMBITO DOS CONSELHOS REGIONAIS E FEDERAL DE MEDICINA 541

22.1. Notas introdutórias.....	541
22.2. O histórico da telemedicina.....	543
22.3. Novos dilemas e suas possíveis soluções no âmbito dos conselhos.....	545
22.4. A LGPD e o atendimento em ambiente não presencial.....	551
22.5. Das inadequações entre a regulamentação ético-deontológica e a noção de ambiente virtual.....	553
22.6. Conclusões.....	556

Capítulo XXIII

MEDICINA REGENERATIVA, CÉLULAS-TRONCO E TERAPIA CELULAR: NOVOS DESAFIOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL..... 561

23.1. Notas introdutórias.....	561
23.2. Medicina regenerativa e terapia celular: uma visão geral dos avanços recentes na medicina regenerativa e terapia celular, e como eles estão sendo aplicados para tratar várias doenças e condições.....	563
23.3. Desenvolvimento e regulamentação de terapias celulares: um olhar mais atento sobre as questões regulatórias envolvendo a pesquisa e o desenvolvimento de terapias celulares, incluindo questões éticas e de segurança.....	564
23.4. Benefícios e riscos da terapia celular: uma análise dos benefícios potenciais e dos riscos associados à terapia celular, incluindo possíveis efeitos colaterais e complicações.....	568
23.5. Conclusões.....	573

Capítulo XXIV

DILEMAS BIOÉTICOS: CONSENTIMENTO INFORMADO, O EXERCÍCIO DA AUTONOMIA, E O ANALFABETISMO FUNCIONAL..... 577

1. Introdução.....	577
2. Breve panorama sobre o analfabetismo funcional no Brasil.....	580
3. Entre a realidade e a bioética: capacidade jurídica para consentir.....	588
4. Aspectos práticos da transmissão de informações para pacientes com dificuldades de compreensão. A autonomia limitada.....	595
5. Conclusões.....	597

Capítulo XXV

BREVES APONTAMENTOS SOBRE A PUBLICIDADE E PROPAGANDA NA ATIVIDADE MÉDICA EM SEUS ASPECTOS ÉTICOS E DEONTOLÓGICOS. A NOVA RESOLUÇÃO CFM Nº 2.336/2023

	599
1. Introdução	599
2. Alterações relevantes advindas da nova resolução	601
2.1. Adaptação aos novos meios de comunicação	604
2.2. Maior ênfase na transparência e veracidade	606
2.3. Regulamentação de testemunhos e endossos.....	607
2.4. Diretrizes claras para o Antes e Depois.....	609
2.5. Foco na proteção do paciente	610
3. Dilemas, inconsistências e novos desafios	612
4. O direito comparado: Portugal e Espanha	616
5. Conclusões.....	626
REFERÊNCIAS	645